

Atuar com excelência,  
protagonismo e confiança  
para gerar resultado.  
A Marcopolo conhece o  
caminho da mobilidade  
que transforma.

MOVING  
changes  
EVERYTHING

Marcopolo

marcopolo.com.br

in @marcopolo-sa

@marcopolo.s.a

POMO  
B3 LISTED N2  
IBOVESPA B3  
SMML  
INDX  
ITAG  
IBRA  
IGCX  
IGCT

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

## RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2024 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA POR MODELO						
(em unidades)	2024			2023		
	MI	ME <sup>(1)</sup>	TOTAL	MI	ME <sup>(1)</sup>	TOTAL
Rodoviários	2.830	1.494	4.324	2.171	1.419	3.590
Urbanos	2.663	1.912	4.575	3.793	1.849	5.642
Micros	2.519	154	2.673	1.258	146	1.404
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.012</b>	<b>3.560</b>	<b>11.572</b>	<b>7.222</b>	<b>3.414</b>	<b>10.636</b>
Volares	3.831	137	3.968	2.277	193	2.470
<b>PRODUÇÃO TOTAL</b>	<b>11.843</b>	<b>3.697</b>	<b>15.540</b>	<b>9.499</b>	<b>3.607</b>	<b>13.106</b>

Notas: MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; (1) A produção de Volares não faz parte dos dados do SIMFFRE e da FABUS, ou da produção do setor. (2) Na produção total do ME estão incluídas as unidades exportadas em KD (carrocerias parcial ou totalmente desmontadas).

### MARCOPOLO - PRODUÇÃO NO BRASIL

MARCOPOLO - PRODUÇÃO NO BRASIL						
(em unidades)	2024			2023		
	MI	ME <sup>(1)</sup>	TOTAL	MI	ME <sup>(1)</sup>	TOTAL
Rodoviários	2.830	945	3.775	2.171	931	3.102
Urbanos	2.663	145	2.808	3.793	151	3.944
Micros	2.519	154	2.673	1.258	146	1.404
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.012</b>	<b>1.244</b>	<b>9.256</b>	<b>7.222</b>	<b>1.228</b>	<b>8.450</b>
Volares	3.831	137	3.968	2.277	199	2.446
<b>PRODUÇÃO TOTAL</b>	<b>11.843</b>	<b>1.381</b>	<b>13.224</b>	<b>9.499</b>	<b>1.397</b>	<b>10.896</b>

Nota: Vide notas do quadro Produção Mundial Consolidada por Modelo.

### 4.3 Participação de Mercado

A Marcopolo manteve a liderança do mercado de carrocerias para ônibus, encerrando o ano com uma participação de 48,4%, sem alterações substanciais na comparação com 2023.

A tabela abaixo destaca a participação de mercado da Marcopolo na produção brasileira por linha de produto:

#### PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)

PRODUTOS <sup>(1)</sup>	2024	2021	2022	2023	2024
Rodoviários	58,2	49,6	44,7	54,1	52,3
Urbanos	44,4	42,1	50,8	37,4	29,4
Micros e Volares	72,4	77,3	61,1	65,8	64,2
<b>TOTAL</b>	<b>58,7</b>	<b>56,9</b>	<b>53,5</b>	<b>49,3</b>	<b>48,4</b>

Fonte: FABUS e Marcopolo.

Nota: (1) Os modelos Volare foram computados como micro ônibus para efeito de participação no mercado.

### 5. RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 8.593,8 milhões em 2024, 28,6% superior aos R\$ 6.683,2 milhões do exercício de 2023. O substancial crescimento da receita reflete o incremento de vendas no Brasil, após uma fraca base de comparação estabelecida em 2023 em função da transição da motorização para o padrão Euro 6, e nas operações internacionais, com exceção de Argentina.

As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 5.478,2 milhões ou 63,7% da receita líquida total (60,1% em 2023). As exportações, somadas aos negócios no exterior, algriram a receita de R\$ 3.115,6 milhões ou 36,3% do total (39,9% em 2023).

O incremento na margem bruta consolidada de 2024, 70,7% originou-se das vendas de carrocerias (74,5% em 2023), 21,1% da comercialização de Volares (19,0% em 2023) e 8,2% das receitas de peças, do Banco Mono e de chassis (6,5% em 2023).

As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo:

#### RECEITA LÍQUIDA TOTAL CONSOLIDADA POR PRODUTOS E MERCADOS (R\$ milhões)

PRODUTOS/MERCADOS <sup>(1)</sup>	2024			2023		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Rodoviários	1.649,1	1.390,3	3.039,4	1.141,5	1.394,0	2.535,5
Urbanos	1.023,8	1.424,1	2.447,9	1.144,8	990,9	2.135,7
Micros	539,6	46,2	585,8	267,2	38,8	306,0
<b>Subtotal carrocerias</b>	<b>3.212,5</b>	<b>2.860,6</b>	<b>6.073,1</b>	<b>2.553,5</b>	<b>2.423,7</b>	<b>4.977,2</b>
Volares <sup>(2)</sup>	1.748,2	66,1	1.814,3	1.201,9	66,4	1.268,3
Chassis	163,9	49,5	213,4	14,1	36,0	50,1
Bco. Mono	192,9	0,0	192,9	144,1	0,0	144,1
Peças e Outros	160,7	139,4	300,1	106,1	137,4	243,5
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.478,2</b>	<b>3.115,6</b>	<b>8.593,8</b>	<b>4.019,7</b>	<b>2.663,5</b>	<b>6.683,2</b>

Notas: (1) MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; (2) A receita dos Volares inclui os chassis.

### 6. RESULTADO BRUTO E MARGENS

Em 2024, o lucro bruto totalizou R\$ 2.131,4 milhões, representando 24,8% da receita líquida (R\$ 1.538,6 milhões ou 23,0% da receita líquida em 2023).

O incremento na margem bruta reflete a maior alavancagem operacional pelo crescimento da receita líquida, melhor mix de vendas com crescimento de vendas em modelos de maior valor agregado e melhor desempenho do conjunto das operações internacionais.

### 7. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas somaram R\$ 352,4 milhões em 2024 ou 4,1% da receita líquida, contra R\$ 333,1 milhões, ou 5,0% da receita, em 2023. A elevação das despesas comerciais em termos absolutos reflete o comissionamento sobre as vendas realizadas pela Companhia.

### 8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 380,1 milhões em 2024 e R\$ 305,7 milhões em 2023, representando 4,4% e 4,6% da receita líquida, respectivamente.

### 9. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2024, foram contabilizados R\$ 18,6 milhões como "Outras Despesas Operacionais" contra R\$ 60,6 milhões como "Outras Despesas Operacionais" em 2023.

Um dos principais impactos à linha de "Outras Despesas Operacionais" se refere à constituição de provisões trabalhistas no montante total de R\$ 19,9 milhões (R\$ 47,1 milhões em 2023). A Companhia segue trabalhando nas medidas necessárias para sua defesa, redução das perdas e mitigação de riscos trabalhistas futuros.

### 10. RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial em 2024 foi positivo em R\$ 77,5 milhões, contra R\$ 38,6 milhões negativos em 2023. As operações da colombiana Superpolo adicionaram R\$ 12,6 milhões (R\$ 11,3 milhões em 2023), enquanto a coligada fabricante de aparelhos de ar-condicionado Spheros trouxe impacto positivo de R\$ 22,3 milhões (R\$ 16,5 milhões em 2023).

O resultado da equivalência patrimonial foi afetado positivamente pela coligada argentina Metalsur, no montante de R\$ 49,2 milhões, relativamente à atualização monetária de seu balanço em decorrência do cenário de hiperinflação no país. A partir de setembro, com a conclusão da reorganização societária envolvendo Metalsur, Metaltur e Loma, Metaltur e Loma passaram a ser consolidadas nos resultados da Companhia e a Metaltur deixou de integrar o grupo econômico da Companhia, conforme fato relevante divulgado no dia 31 de julho de 2024.

O principal impacto negativo se refere ao resultado da operação da canadense NFI, penalizando a equivalência patrimonial em R\$ 11,3 milhões contra R\$ 54,5 milhões também negativos em 2023.

O resultado da equivalência patrimonial é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa nº 11 às Demonstrações Financeiras.

### 11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2024 foi positivo em R\$ 13,0 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 65,0 milhões em 2023.

O resultado financeiro foi afetado negativamente pela variação cambial gerada pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano sobre a carteira de pedidos em dólares. A Companhia realiza a hedge do câmbio das exportações no momento da confirmação dos pedidos de venda, assegurando a margem dos negócios. A medida que os produtos são entregues e faturados, a Companhia captura os efeitos da valorização ou desvalorização do Real em suas margens operacionais ou no resultado financeiro.

O EBITDA foi afetado positivamente pela alavancagem operacional associada ao crescimento da receita, evolução do mix de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado e recomposição das margens e resultados nas operações internacionais e coligadas.

De forma não recorrente, o EBITDA foi beneficiado em R\$ 49,2 milhões por conta do resultado da equivalência patrimonial da coligada argentina Metaltur, conforme destacado acima. Negativamente, o EBITDA foi impactado de forma não recorrente em R\$ 5,9 milhões pelo REFS, em R\$ 7,3 milhões pelo resultado do 3T24 da coligada canadense NFI e em R\$ 16,6 milhões pela complementação de provisão realizada no 4T24 associada à renúncia variável dos colaboradores da Companhia em função da ampla superação dos objetivos da Companhia, com indicadores de rentabilidade alcançando patamares recorde.

Ajustados pelos efeitos mencionados, o EBITDA de 2024 alcançou R\$ 1.605,3 milhões, com margem de 18,7%.

A tabela abaixo destaca as contas que compõem o EBITDA:

R\$ milhões	2024	2023
Resultado antes do IR e CS	1.470,6	865,5
Receitas Financeiras	716,0	(722,2)
Despesas Financeiras	(70,0)	657,2
Depreciações e Amortizações	167,6	146,4
<b>EBITDA</b>	<b>1.625,2</b>	<b>946,9</b>

### 13. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2024 atingiu R\$ 1.224,2 milhões, com margem líquida de 14,2%, contra R\$ 810,8 milhões e margem líquida de 12,1% em 2023. O incremento dos resultados frente a 2023 é reflexo dos fatores detalhados no EBITDA e no resultado financeiro. O resultado representa recorde histórico, com crescimento de 50,8% no lucro líquido na comparação com 2023.

### 14. ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O endividamento financeiro líquido totalizava R\$ 1.158,1 milhões em 31.12.2024 (R\$ 814,5 milhões em 31.12.2023). Desse total, R\$ 1.032,6 milhões eram provenientes do segmento financeiro (Banco Mono) e R\$ 125,5 milhões do segmento industrial. Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Mono e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades industriais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Mono tem como contrapartida a conta de "Clientes" no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Mono, tanto em prazo como em taxa fixa. Vide Nota Explicativa 30 às Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,1 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses.

### 15. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2024, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 1.244,1 milhões. As atividades de investimento, deduzidos os dividendos recebidos de empresas coligadas, demandaram R\$ 319,3 milhões, enquanto as atividades de financiamento consumiram R\$ 393,1 milhões.

Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 1.605,7 milhões, considerando as aplicações financeiras não disponíveis e deduzindo-se R\$ 38,8 milhões relativo à diferença entre a variação cambial e a variação das contas relativas às aplicações financeiras não disponíveis, elevou-se para R\$ 2.098,6 milhões ao final do ano.

A demonstração dos fluxos de caixa dos segmentos industrial e financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa 31 às Demonstrações Financeiras.

### 16. DESEMPENHO DAS CONTROLADAS E COLIGADAS

#### 16.1. CONTROLADAS

Em 2024, as unidades controladas no exterior entregaram 2.397 unidades, 6,0% superior a 2023 (2.262 unidades). Abaixo estão descritos os principais destaques das controladas no exterior:

**MARCOPOLO SOUTH AFRICA (MASA)** - Em 2024, a MASA, localizada em Johannesburg, entregou 454 unidades, aumento de 25,4% em relação a 2023. Além da venda de produtos de maior valor agregado e de maior alavancagem operacional, a controlada em 2024 apresentou sua rentabilidade, apresentando lucro líquido de R\$ 14,9 milhões em 2024 (R\$ 11,6 milhões em 2023).

**MARCOPOLO ARGENTINA (METALSUR)** - Em 2024, a operação argentina da Metaltur, localizada em Rosario, entregou 163 unidades (todas do segmento rodoviário), recuo de 60,9% em relação a 2023. A queda decorreu de volumes, ilustro o difícil cenário macroeconômico da Argentina, especialmente no 1S24. A partir do 3T24, a controlada viu sua carteira de pedidos se fortalecer, atingindo o *break-even*, e ao final de 2024, as entregas se aceleraram e mantêm ótimas perspectivas. A Metaltur concluiu 2024 com um lucro líquido de R\$ 75,7 milhões negativos em 2023), sendo beneficiada, de forma não recorrente, pelo resultado financeiro positivo associado à atualização monetária do balanço por hiperinflação no país, compensando o prejuízo apurado em 2023.

**MARCOPOLO AUSTRÁLIA (VOLGREN)** - Sediada em Melbourne, Austrália, a Volgren entregou 582 unidades em 2024 (aumento de 43,0% em relação às 407 entregues em 2023). A alavancagem operacional, somada à recomposição de preços pelo repasse dos aumentos de custos realizada em 2023, permitiram à controlada atingir lucro líquido de R\$ 85,8 milhões (R\$ 4,8 milhões em 2023).

**MARCOPOLO CHINA (MAO)** - A MAC conta com uma área de *sourcing*, produção de peças, componentes e carrocerias de ônibus, bem como de produção de ônibus para exportação. A unidade, que não vende para o mercado interno chinês e exporta para países da Ásia, África e Oceania, transformou-se em uma unidade de produção de carrocerias sobre novos tipos de propulsores, especialmente ônibus elétricos e a hidrogênio, bem como em um centro de desenvolvimento de parcerias estratégicas. Em 2024, a controlada apresentou resultado negativo de R\$ 12,2 milhões contra R\$ 12,7 milhões também negativos em 2023.

**MARCOPOLO MÉXICO (POLOMEX)** - Localizada em Monterrey, México, a Polomex entregou 1.063 unidades em 2024, 8,4%

superior a 2023. O bom desempenho do mercado de rodoviários, inclusive com vendas do modelo G8 no país, vem contribuindo para os resultados da controlada. A Polomex alcançou lucro líquido de R\$ 51,8 milhões em 2024 (R\$ 40,0 milhões em 2023).

**16.2. COLIGADAS NO EXTERIOR**  
**SUPERPOLO** - Localizada na Colômbia, a Superpolo apresentou resultados crescentes em 2024, com evolução de volumes e composição de mix de vendas. A coligada apresentou equivalência patrimonial de R\$ 12,6 milhões contra R\$ 11,3 milhões em 2023.

**NFI GROUP INC.** - A NFI, empresa na qual a Marcopolo possui participação acionária de 8,1%, é a principal fabricante de ônibus urbanos e rodoviários nos Estados Unidos e Canadá, possuindo operações industriais na Europa e linhas de montagem na Ásia e Oceania. Sediada em Winnipeg, Canadá, a companhia vem sofrendo com a falta de componentes e inflação sobre a longa carteira de pedidos desde a pandemia. Em 2024, a coligada apurou resultado negativo de R\$ 11,3 milhões à equivalência patrimonial contra R\$ 54,5 milhões também negativos em 2023.

#### 16.3 Banco Mono

As atividades do Banco Mono S.A. se iniciaram em julho de 2005 com a finalidade de financiar os produtos da Marcopolo. O banco está autorizado a atuar nas carteiras de arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento. Em 2024, o banco apresentou lucro líquido de R\$ 35,1 milhões (R\$ 28,3 milhões em 2023). O banco manteve a política de priorizar a qualidade sobre sua carteira de crédito, por meio de um rigoroso sistema de avaliação e aprovação, ampliando suas operações de forma estruturada e medida da evolução do próprio mercado brasileiro de ônibus.

### 17. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marcopolo procura adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, seguindo os princípios da Nivelância, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa e suas ações estão listadas no 2º de Governança Corporativa da B3 desde 2002. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

A gestão da Marcopolo é formalizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é constituído por sete membros, dos quais seis são independentes, sendo dois eleitos por acionistas detentores de ações preferenciais e outros três pelos acionistas controladores.

O Presidente do Conselho de Administração não participa da Diretoria. Além disso, para auxiliar, opinar e apoiar na condução dos negócios, o Conselho de Administração conta com os seguintes Comitês: (i) Auditoria e Fiscos; (ii) Recursos Humanos e Ética; (iii) Estratégia e Inovação; e, (iv) Compliance. As funções de cada um desses Comitês de apoio podem ser encontradas no site da Companhia, [i.marcopolo.com.br](http://i.marcopolo.com.br), no menu Governança Corporativa/Regimento Interno dos Comitês. A formação e o histórico profissional de cada um dos membros que compõe o Conselho de Administração estão disponíveis no Formulário de Referência da Companhia, contando com especialistas financeiros, em gestão de pessoas setorial, entre outros.

Adicionalmente, o Conselho de Administração também adota a diversidade e complementariedade de competências. A Companhia conta também com um Conselho Fiscal, composto de três membros, um indicado pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e um pelos acionistas controladores. As competências de cada órgão estão definidas no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia dispensa tratamento justo e igualitário a todos os minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas (*stakeholders*). Na divulgação de informações, utiliza elevados padrões de transparência, buscando estabelecer um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros.

Em 2024, a Companhia realizou reuniões com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC), participou de diversas conferências e *non-deal roadshows* promovidos por instituições financeiras no Brasil e no exterior, e manteve atendimento a analistas e investidores. A Companhia também realizou seu *investor day* presencial, com transmissão ao vivo através de sua página de Relações com Investidores. O website da área de Relações com Investidores da Marcopolo ([i.marcopolo.com.br](http://i.marcopolo.com.br)) possui conteúdo atualizado para atender ao público investidor.

### 18. PRÁTICAS DE COMPLIANCE

A Marcopolo, em complemento às boas práticas de governança e gestão de riscos, possui desde 2014 a área de Compliance, cuja estrutura contempla o Comitê de Compliance, que é formado pelo presidente e pelo vice-presidente do Conselho de Administração, por diretores estatutários, pelo Compliance Officer ("CCO") e por um representante dos acionistas controladores. O CCO participa de todas as reuniões de diretoria, onde zela pelo cumprimento das diretrizes de Compliance em todos os temas conduzidos pela alta gestão da organização. A estrutura de Compliance contempla ainda uma especialista de compliance, um líder e uma analista, além dos agentes internos que atuam nas demais áreas da empresa intermediando temas relacionados ao Compliance.

Desde 2004, a Companhia possui um Código de Conduta que é aprovado e revisado periodicamente pelo Conselho de Administração, sendo sua última atualização no ano de 2023. No Código de Conduta estão definidos os valores da Companhia, que são o respaldamento e valorização das pessoas, a ética e integridade, a sustentabilidade, o fazer acontecer com excelência, a satisfação dos clientes, e o trabalho em equipe. Todos os colaboradores recebem cópia do material e um treinamento a respeito de suas diretrizes. Em complemento ao Código de Conduta, a Companhia também possui uma Política Global de Integridade desde 2018, onde constam todos os valores éticos que devem ser observados. Este material é atualizado periodicamente conforme necessidade. São realizados treinamentos específicos, conforme demanda e documentos são elaborados com foco na mitigação de riscos, tanto a política de contingências e a política de gestão de consequências, cujo objetivo é ser um instrumento educacional de estímulo de comportamentos esperados dentro da organização. Está disponível a todos os colaboradores e *stakeholders* o Contato Seguro Marcopolo, canal exclusivo para denúncias de práticas que estejam em desacordo com as políticas internas e legislações aplicáveis.

Os treinamentos relativos aos Valores da Companhia, Código de Conduta e Política Global de Integridade podem ser acessados por todos os colaboradores via plataforma digital na Universidade Marcopolo. A área de Compliance também atua no acompanhamento do cumprimento das diretrizes de Compliance nas diversas áreas da Companhia, suas filiais e filiais, realiza due diligence de integridade em parceiros e terceiros, dentre outras práticas. Em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados pessoais, a Companhia já realizou o mapeamento e enquadramento legal de todas as atividades que tratam dados pessoais, bem como o procedimento de obtenção de aprovação prévia do Comitê de auditoria, de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

A responsabilidade pelas definições inerentes aos procedimentos executados e sua aplicação são prerrogativas da Administração, assim, é entendimento tanto da Companhia quanto dos seus auditores externos que tais serviços não afetam a independência profissional.

### 19. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, a Marcopolo declara possuir outros contratos com seus Auditores Independentes que não relacionados com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Durante o exercício de 2024, a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") foi contratada para serviços de auditoria das Demonstrações financeiras e auditoria. Convívios não relacionados a auditoria. Com relação aos serviços de não auditoria, a Companhia, visando a diversidade em seu quadro de colaboradores, iniciou um programa de Cultura Inclusiva, desenvolveu a cartilha de Diversidade disponibilizando na sua plataforma da Universidade Marcopolo, promoveu o crescimento do número de mulheres em posições de gestão e mantém o programa de inclusão de pessoas com deficiência.

O Sistema Marcopolo de Produção Solidária - SIMPS, que integra o Marcopolo Way, aplica os princípios e fundamentos da filosofia LEAN sob a forma de métodos, ferramentas e melhores práticas da organização a fim de otimizar o desempenho dos processos, também aplica a gestão industrial na execução da estratégia da empresa para o crescimento, liderança de mercado, produtividade, qualidade, segurança dos colaboradores, melhoria do ambiente de trabalho e rentabilidade dos produtos e serviços. A Marcopolo permanece certificada nas normas internacionais de gestão ISO 14.001 - Meio Ambiente, ISO 9.001 - Qualidade e ISO 45001 - Saúde e Segurança. Estas certificações suportam o processo de construção da confiança e credibilidade do seu negócio.

**20. MERCADO DE CAPITAIS**  
**20.1 Capital Social**  
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Marcopolo era de R\$ 2.334.052.461,60, dividido em 1.136.271.458 ações, sendo 409.950.893 ações ordinárias (36,1%) e 726.320.565 (63,9%) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**20.2 Desempenho das Ações da Marcopolo na B3**  
Em 2024, transações com ações da Marcopolo movimentaram R\$ 16.804,0 milhões. A participação de investidores estrangeiros no capital social da Marcopolo totalizava, em 31 de dezembro, 58,1% das ações preferenciais e 39,5% do capital social total. No fim do período, a Companhia possuía 67.239 acionistas.

No 2S24, a Companhia realizou a recompra de ações para tesouraria, conforme anunciado em 22 de agosto de 2024. A partir do dia 3 de janeiro de 2025, a Marcopolo voltou a integrar o Ibovespa, principal índice de ações do mercado de capitais brasileiro.



MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

respeito ativo. **2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** (a) **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou designado como tal no momento da contratação. Os custos de aquisição são reconhecidos no resultado conforme o método de mensuração. **2.6.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado é aquele cujo valor justo é mensurado ao valor justo e mudando o valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os passivos financeiros são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva. **2.6.5 Testes de perda:** A Companhia realiza testes de perda em ativos mensurados ao custo amortizado pelo método de equivalência patrimonial. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou readmitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultante da transação é apresentado como reserva de capital. **2.6.5.1 Redução ao valor recuperável impairment:** (a) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas em ativos financeiros não derivativos registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter ocorrido ou não um aumento significativo no risco de crédito, com base na experiência histórica. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/PCP 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. (b) **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidências de perda de valor em ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual quanto em nível coletivo, incluindo ganhos e perdas esperadas em ativos avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições de crédito atuais são tais que as perdas futuras prováveis excedam os ganhos maiores ou menores que as superadas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma reversão das condições existentes, No caso dos estoques, impõe-se de renda e contribuição social (incluindo o custo de materiais e mão de obra direta). Quaisquer outros custos para colocar o ativo em condições de venda necessárias para ocorrer tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor presente do ativo ou UGC exceder o valor recuperável. **2.7 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles que não são classificados como derivativos. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles que não são classificados como derivativos. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras". **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inicialmente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas como ativos circulantes. Caso contrário, estão classificadas como ativos não circulantes. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment. **2.9 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em transações às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **2.10 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de materiais e mão de obra direta; • Custos de materiais e mão de obra direta que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada para investimento. Quando a propriedade é reclassificada para investimento, os seguintes gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Anos arredondados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do contrato. Quando não há certeza quanto ao prazo de recuperação, o prazo de recuperação é determinado quando o ativo é instalado e está disponível para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Anos	40-60	5-30	5-15	5-15
Edificações	40-60			
Máquinas		5-30		
Veículos			5-15	
Móveis, utensílios e equipamentos				5-15

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.10.1 Ativo de direito de uso: Reconhecimento e mensuração:** A Companhia aplicou expediente prático da norma no qual o ativo de direito de uso corresponde ao passivo de arrendamento descontado utilizando a taxa de juros incremental na data da transação. Após a aquisição, a Companhia reconhece o custo do ativo de direito de uso, o qual é determinado pelo método de custo, sendo mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com os critérios do CPC 27 - Ativo imobilizado, na depreciação do ativo de direito de uso e corrigida qualquer reformulação do passivo de arrendamento quando aplicável. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são conforme o prazo de cada contrato. **2.11 Ativos intangíveis e ativo de goodwill:** O ativo (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ativo de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" e não é mensurado pelo método de custo. O goodwill é registrado como "ativo intangível" e não integra o saldo contábil do investimento. Se a aquisição ocorrer adiantado, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ativo é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e controlado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ativo relacionado com a entidade vendida. **(b) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em combinação com outros ativos são reconhecidas pelo custo histórico. O goodwill é registrado quando tem vida útil indefinida e não contabilizada pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **(c) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; • o software pode ser vendido ou usado; • o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para o desenvolvimento e para o uso e a manutenção do software; e o desenvolvimento do software durante o período de desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **(d) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo futuro técnica e comercialmente viável, e se o benefício econômico futuro do projeto é razoavelmente certo. Quando a Companhia não consegue determinar se o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de início. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. **(e) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis indefinidas são reconhecidos pelo custo histórico. Os custos de aquisição de ativos intangíveis são reconhecidos ao valor recuperável acumulado. **(f) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ativo gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(g) Amortização:** Exceto pelo ativo de goodwill, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.12 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo não circulante por devolução no período de 12 meses ou mais meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia participa de um convênio de cessão de crédito, no qual seu fornecedor pode optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber e a receita de juros. No balanço individual da Companhia, a receita de juros é registrada em "receitas de juros" e o montante em relação às faturas devidas pela Companhia e recebe liquidação da Companhia na data de vencimento original do título. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que o fornecedor dispo de cada seu recebível devido pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. A Companhia não desrespeitou o passivo ao qual o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi modificado ao entrar no acordo. Da perspectiva da Companhia, o acordo não estende as condições de pagamento além dos termos normalmente acordados com o fornecedor. A Companhia não incorre em risco de crédito em relação ao fornecedor. A Companhia divulga os valores contabilizados pelo fornecedor no contas a pagar, no valor de R\$ 31.404 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.883 em 31 de dezembro de 2023) nas demonstrações financeiras consolidadas, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado no período em que o empréstimo ou financiamento estiver em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Determinação do ajuste a valor presente:** Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são: • Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto é a taxa de administração para o desconto a valor presente para valores itens de 100% da CDI mensal, menos a taxa de mercado interno e a taxa de administração de desadiantamento de 0,25% sobre o valor de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros implícita em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e • Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou o cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para as contas a receber. **2.16 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimativa e é provável que o resultado econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto de fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.17 Provisão para garantias:** Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação às probabilidades associadas. A provisão temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributárias decorrentes do reconhecimento inicial de um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos é baseada em uma avaliação preliminar das novas regras, não se espera que a Companhia espere recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(c) Tributação Mínima Global:** Em dezembro de 2021, a Organização Mundial de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras de Pillar II para reformular a tributação internacional, visando garantir que as multinacionais elegíveis, isto é, aquelas com receitas globais superiores a 750 milhões de euros, paguem um adicional contábil sobre os lucros de suas subsidiárias que estejam sendo tribuadas a uma alíquota efetiva inferior ou a pagar ou a receber reconhecido. O Imposto Mínimo Global em 2024 foi publicado em dezembro de 2024 por meio de uma resolução que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro estabelece um dos mecanismos previstos pela OCDE para as regras do Pillar II, o Qualified Domestic Minimum Top-up Tax (QDMTT). A legislação prevê ainda que, em 2025, o Poder Executivo submeta ao Congresso Nacional proposta para a criação de uma contribuição social (IRPJ) adicional sobre o lucro líquido de cada entidade em alguma exposição decorrente da legislação de Pillar II. Com base em uma avaliação preliminar das novas regras, não se espera que a Companhia tenha uma exposição relevante. Considerando que as informações para uma análise abrangente ainda estão sendo avaliadas e devido à complexidade da nova legislação, a Marcopolo espera concluir a avaliação no decorrer de 2025. **(d) Provisão de Transferência (Transfer Pricing):** Com a publicação da Lei 14.596/23, regulamentada pela Instrução Normativa 2.161/23, o Brasil adotou seu modelo de Provisão de Transferência aos padrões internacionais estabelecidos pelas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As novas regras determinam que operações transfronteiras,

comerciais ou financeiras, entre partes consideradas relacionadas nos termos da Lei, devem ser precificadas como se fossem realizadas entre partes não relacionadas (princípio do arm's length) para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Marcopolo se adequou ao novo regime de Provisão de Transferência a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia realizou as operações com partes relacionadas para garantir a conformidade com as novas regulamentações. Após avaliação, concluiu-se que todas as operações sujeitas às regras de Preço de Transferência estão em conformidade com o princípio previsto no art. 2º da Lei 14.596/23, não havendo, portanto, necessidade de ajustes nos preços de transferência na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. **2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego:** A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, incluindo os custos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado anualmente usando o método da unidade de crédito projetado e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço; (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado; (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data do contrato; (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas sobre o custo amortizado tanto em nível individual quanto em nível coletivo, incluindo ganhos e perdas esperadas em ativos avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes valores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.20 Capital social:** Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais relacionados com a emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido líquido de quaisquer prêmios tributários. **Ações preferenciais:** São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam registradas, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos líquidos é feita sobre o capital. **A**



## MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 4330007235

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

\* continuação

17. Obrigações com arrendamento: A movimentação de saldos do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	5.278	6.493	68.748	7.927
Juros apropriados e variações cambiais	682	839	14.777	7.662
Adições	15.310	1.989	26.498	12.919
Contraprestações pagas	(4.102)	(4.435)	(27.522)	(25.820)
	17.166	5.276	82.501	68.748
Circulante	2.978	2.252	26.860	17.515
Não circulante	14.188	3.024	55.640	51.233

O cronograma de vencimentos dos arrendamentos está demonstrado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
De 1 a 12 meses	2.978	2.252	26.860	17.515
De 13 a 24 meses	806	999	19.045	17.703
De 25 a 36 meses	1.085	1.885	18.895	14.228
De 37 a 48 meses	317	855	3.749	15.564
De 49 a 60 meses	888	317	2.660	3.203
Acima de 60 meses	11.292	17	11.292	1.535
Valor presente dos contratos	17.166	5.276	82.501	68.748

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embuído na contraprestação de arrendamento está demonstrado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Controladora	18.835	7.551	3.581	3.154
Consolidado	1.742	2.629	331	309

18. Provisões: (i) Contingências passivas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisável	10.551	63.948	3.991	64.265
Trabalhista	80.858	80.504	101.291	98.126
Tributário	38.899	395.977	35.298	745.462
	130.308	540.429	140.580	903.178

Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisável	11.509	63.948	5.226	64.265
Trabalhista	83.977	82.068	103.780	100.630
Tributário	38.899	401.419	35.298	745.462
	134.385	547.435	144.304	909.357

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cível	4.256	4.470	4.256	4.470
Trabalhista	12.729	14.234	12.887	14.290
Tributário	40.096	40.776	40.451	41.266
	57.071	59.480	57.593	60.026

(i) Cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais se destacam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. (ii) Tributárias: A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária.

A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

• Provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
REINTEGRA - apropriação de crédito (i)	662	662	662	662
Regime Fiscal Especial - crédito tributário (ii)	965	901	965	901
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)	8.985	7.931	8.985	7.931
Outras contingências (iv)	28.287	25.804	28.287	25.804
	38.899	35.298	38.899	35.298

(i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA - contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012. (ii) Contingência decorrente de procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados para comercialização dos produtos. (iii) Contingência atinente à discussão do Imposto de Renda sobre a adoção de procedimentos para compensação do imposto de renda pago no exterior. (iv) Os valores provisionados em outras contingências contemplam em 15 (quinze) processos federais e estaduais e que não representam um valor individualmente significativo.

• Não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações	2.398	2.398	2.398	2.398
COFINS - pedido de restituição (i)	28.906	27.463	28.906	27.463
PIS, COFINS - crédito	14.736	11.802	14.736	11.802
PIS - compensações (ii)	19.918	18.648	19.918	18.648
IPI - crédito	4.465	4.206	4.465	4.206
IRPJ - lucro inflacionário realizado a maior	3.381	3.381	3.381	3.381
IRPJ e CSLL - Saldo Negativo (iii)	20.387	19.387	20.387	19.387
PIS, COFINS - Exclusão do ICMS (iv)	72.771	72.771	72.771	72.771
IRPJ e CSLL - IR pago no exterior (v)	12.102	15.17	12.102	15.17
IRPJ e CSLL - lucros do exterior (vi)	91.759	110.382	91.759	110.382
DCP - Atualização monetária (vii)	37.324	34.874	37.324	34.874
REINTEGRA - Compensação (viii)	19.818	18.626	19.818	18.626
ICMS - salidas com alíquota reduzida para não contribuintes (ix)	8.400	8.400	8.400	8.400
ICMS - documentos fiscais incorridos (x)	2.519	2.519	2.519	2.519
INSS - serviços tomados de pessoas jurídicas	5.690	5.690	5.690	5.690
IPI - enquadramento (xi)	376.959	376.959	376.959	376.959
LC160 - compensação (xii)	38.793	38.793	38.793	38.793
Outras contingências de menor valor	59.701	55.237	65.142	61.915
	395.977	740.787	401.419	745.462

As seguintes contingências não foram provisionadas por serem consideradas com risco possível de perda: (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativo a créditos oriundos da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a qual está sendo analisada pelos nossos assessores jurídicos. (v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de imposto de renda pago no exterior no exercício de 2017. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento - DRJ. (vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. (vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS - salidas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidas fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro. (viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. Os processos foram julgados procedentes a favor da empresa anulando o débito fiscal. (ix) Contingência, relativa à discussão sobre IPI, em razão de divergência de procedimento no enquadramento do produto. O processo foi julgado procedente a favor do contribuinte, anulando o débito fiscal. (x) Contingência relativa à abrangência do conceito de subvenção para fins de tributação do IRPJ e CSLL. Colômbia, em razão do Edital de Transação por Adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 04/2024 a Companhia optou pela inclusão do contencioso no Programa de parcelamento. 19. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados: A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (controlador), Trading, Banco Monero e Fundação Marcopolo. No exercício de 2024 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 14.212 (R\$ 3.781 em 2023). O regime atuarial de determinação do custo e contribuição do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional. Na data-base de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	(277.463)	(322.630)	(281.110)	(326.946)
Valor justo dos ativos do plano	389.095	373.950	394.220	378.952
Superávit não sujeito a reembolso ou redução nas contribuições futuras	(111.632)	(51.320)	(113.110)	(52.006)
Passivo a ser reconhecido	—	—	—	—

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela controlizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou redução de contribuição nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foi contabilizado em 31 de dezembro de 2024. A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	—	—	—	—
Contribuições dos participantes do plano	5.059	4.855	5.083	4.880
Perdas (ganhos) atuariais	(5.059)	(4.855)	(5.083)	(4.880)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	—	—	—	—
Saldo final	—	—	—	—

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	373.950	359.247	378.952	363.905
Contribuição dos patrocinadores	5.059	4.855	5.083	4.880
Contribuição dos empregados	56	51	57	52
Benefícios pagos	(22.944)	(20.485)	(23.163)	(20.691)
Retorno esperado dos ativos do plano	32.974	30.282	33.291	30.806
Saldo final	389.095	373.950	394.220	378.952

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	322.630	296.462	326.946	300.309
(Ganhos) perdas atuariais	(51.459)	17.475	(52.294)	17.776
Custo dos serviços correntes	1.066	1.020	1.072	1.026
Custo financeiro	28.114	28.107	28.493	28.474
Contribuições dos empregados	56	51	57	52
Benefícios pagos	(22.944)	(20.485)	(23.163)	(20.691)
Saldo final	277.463	322.630	281.110	326.946

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços correntes	1.066	1.020	1.072	1.026
Custo financeiro	(226)	(239)	(228)	(239)
Total incluído nos custos de pessoal	840	781	844	787

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• Hipóteses econômicas:

	Controladora		Consolidado		Percentual a.a.
	2024	2023	2024	2023	
Taxa de desconto (*)	11,22	9,07	11,22	9,90	2023
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,22	9,07	11,22	9,90	2023
Aumentos salariais futuros	5,98	5,98	5,98	5,98	2023
Inflação	3,50	3,50	3,50	3,50	2023

(\*) Taxa de desconto é composta de: inflação 3,50% a.a. mais juros 5,98% a.a. para o ano de 2024 (inflação de 3,50% a.a. mais juros de 5,98% a.a. para o ano de 2023).

## Hipóteses demográficas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tábuas de mortalidade	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)
Tábuas de mortalidade e invalidez	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábuas de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

(\*) Tábuas segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

• Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade: O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (9,07 % a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em Taxa: (i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado		Efeito no VPO
	2024	2023	2024	2023	
Taxa de desconto	10,22 %	12,22 %	1 % de aumento	253.319	
Taxa de desconto	12,22 %	10,22 %	1 % de redução	306.410	

Somente as hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade. Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

20. Imposto de renda e contribuição social: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo (passivo)	64.224	77.636	96.296	105.562
Provisão para garantias	16.931	27.834	18.990	30.922
Provisão para comissões	38.517	22.955	82.900	90.212
Provisão para participação nos resultados	132.273	81.567	150.760	92.016
Provisão para contingências	127.976	138.309	130.629	141.114
Provisão para perdas nos estoques	15.342	17.350	19.098	22.649
Provisão para serviços de terceiros	50.036	34.779	50.036	34.779
Provisão para rescisões contratuais	38.342	16.042	46.910	22.488
Estoques não realizados	23.969	10.195	23.969	10.195
Ajuste a valor presente	5.283	5.488	5.861	5.211
Imposto de renda na fonte suspenso	16.301	13.045	16.301	13.045
(Apropriação fiscal)	(30.900)	(26.475)	(30.690)	(26.475)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	(3.906)	571	(3.906)	571
Variação cambial	173.848	(65.786)	173.848	(65.786)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	116.700	273.959	123.264	339.147
Outras provisões	(7.805)	3.851	7.440	45.952
Base de cálculo	777.341	631.320	911.706	861.602
Alíquota nominal	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	264.296	214.649	309.980	292.944

(b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Conciliação	1.227.430	802.503	1.470.621	

## MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

→ continuação

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada UGC, e compara com seus valores contábeis. Para a avaliação anual da razoabilidade desses ativos são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo margem bruta, taxas de crescimento e taxas de desconto. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, e assim como o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros:

- Entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia;
  - Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos as premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo o volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de desconto;
  - Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável a mensuração do valor recuperável para fins de avaliação de impairment do grupo, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios informados no Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**JAMES EDUARDO BELLINI**

Presidente

**MATEUS AFFONSO BANDEIRA**

Conselheiro

**PAULO CEZAR DA SILVA NUNES**

Vice-Presidente

**HENRIQUE BREDDA**

Conselheiro

**DAN JOSCHPE**

Conselheiro

**JOSE RUBENS DE LA ROSA**

Conselheiro

**DENISE CASAGRANDE DA ROCHA**

Conselheira

**EDUARDO FREDERICO WILLIRICH**

Secretário

### CONTADOR

**LEANDRO ANTONIO BASSO**

Contador CRC-RS 59.513/O-4

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2025



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**

CRC SP-014428/F-7

**Luís Claudio de Oliveira Guerreiro**

Contador - CRC-FJ 093679/O-1

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de distribuição do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, KPMG - Auditores Independentes, datado de 24.02.2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas".

Caxias do Sul, 24 de fevereiro de 2025

**Francisco Sérgio Quintana da Rosa**

Presidente

**Ademar Baroni**

**William Cordeiro**

**Moneo**

uma empresa do grupo

**Banco Moneo S.A.**

CNPJ: 07.441.209/0001-30 - NIRE 43 3 0004531-5

**Demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de Reais)

**Relatório da Administração: Senhores Acionistas,** Atendimento dispostos legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações dos resultados abrangentes, relativas ao semestre e exercício findos nessa data. **Ações Sociais:** O Banco Moneo S.A. ("Banco") colabora mensalmente com a Lei de Incentivo à Cultura do Município de Caxias do Sul através de doação de parte do ISONN devido. Contribui também com a Fundação Marcopolo entidade que possui como missão potencializar ações sustentáveis de educação, desenvolvimento social e qualidade de vida das comunidades onde se faz presente. **Principais fatos administrativos: Desempenho:** O Banco gerou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 194.538 (R\$ 150.819 em 31 de dezembro de 2023) de Receitas de Intermediação Financeira e encerrou o exercício com resultado líquido de R\$ 35.078, 88% superior ao do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$ 30.940. **Operações de Crédito e Outros Créditos:** a carteira de crédito atingiu ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 1.365.024 (R\$ 987.460 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$ 1.301.479 (R\$ 918.469 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a operações de crédito e R\$ 63.545 (R\$ 68.991 em 31 de dezembro de 2023) a outros créditos. **Política de Retenimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos:** O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos, após efetuadas as deduções legais e a constituição de reservas legais, sendo o saldo remanescente podendo ser 100% destinado a Reserva de Lucros - Estatutária. **Contratação de Auditoria Independente:** o Banco faz parte do Grupo Marcopolo, que possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objeção na execução de suas atividades. O Grupo Marcopolo contratou serviços da KPMG - Auditores Independentes Ltda., e as informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente, de forma consolidada, no formulário de referência da Marcopolo.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)		Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4</b>	<b>1.986</b>	<b>166</b>	<b>8</b>	<b>42.801</b>
Disponibilidades	4	1.986	166	8	42.801
Instrumentos Financeiros	4	495.606	403.292	8	42.801
Aplicações em operações compromissadas - LTN	5.a.1	46.562	49.401	8	42.801
Operações de crédito	5.a.1	449.044	353.891	8	42.801
(-) Prov. p/Perdas Esp. Assoc. Risco Créd.	(12.381)	(11.255)	(11.255)	8	42.801
Operações de crédito	5.e	(11.775)	(11.255)	8	42.801
<b>Outros Ativos</b>	<b>6</b>	<b>69.720</b>	<b>71.091</b>	<b>9</b>	<b>311.236</b>
Títulos e créditos a receber	5.a.2	59.942	63.638	9	311.236
Prov. p/perdas esp. assoc. risco créd.	5.e	(441)	(856)	9	311.236
Outros créditos diversos	6	8.348	6.523	9	311.236
Bens não de uso próprio	7	1.789	1.789	9	311.236
<b>Não Circulante</b>	<b>8</b>	<b>858.504</b>	<b>576.476</b>	<b>9</b>	<b>233.098</b>
Instrumentos Financeiros	8.a.1	852.435	564.578	9	233.098
Operações de crédito	8.a.1	852.435	564.578	9	233.098
(-) Prov. p/Perdas Esp. Assoc. Risco Créd.	(12.381)	(11.016)	(11.016)	9	233.098
Operações de crédito	5.e	(12.381)	(11.016)	9	233.098
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>14.b</b>	<b>13.594</b>	<b>16.101</b>	<b>10</b>	<b>5.268</b>
IR e CS diferidos	14.b	13.594	16.101	10	5.268
<b>Outros Ativos</b>	<b>5.a.2</b>	<b>3.567</b>	<b>5.290</b>	<b>10</b>	<b>5.268</b>
Títulos e créditos a receber	5.a.2	3.603	5.352	10	5.268
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de créd.	5.e	(36)	(62)	10	5.268
<b>Investimentos</b>	<b>267</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>11</b>	<b>5.268</b>
Cota Fund Garantidor para Investimentos - FGI	267	115	115	11	5.268
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>356</b>	<b>483</b>	<b>483</b>	<b>12</b>	<b>5.268</b>
Imobilizado de uso	356	483	483	12	5.268
Depreciações acumuladas	(849)	(789)	(789)	12	5.268
<b>Intangível</b>	<b>925</b>	<b>925</b>	<b>925</b>	<b>13</b>	<b>5.268</b>
Intangível	925	925	925	13	5.268
Amortizações acumuladas	(2.529)	(2.248)	(2.248)	13	5.268
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.414.042</b>	<b>1.039.770</b>	<b>1.039.770</b>	<b>14</b>	<b>1.039.770</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O Banco Moneo S.A. ("Banco") com sede em Av. Rio Branco, 4889 - 4º - Ana Rech, Caxias do Sul - RS, 95060-145, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de Banco Múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras de "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.016/03, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2025. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgar as a partir dessa data. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS:** a. **Alterações em práticas contábeis:** Não há alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024. b. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. **Aparuração de resultados:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculado a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. d. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos que estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. e. **Instrumentos Financeiros:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: (a) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (b) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta de resultado do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; (c) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. f. **Investimentos:** Os investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao seu valor de realização. g. **Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 5º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 6º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em conta de compensação por no mínimo cinco

anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em conta de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisão-namento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associados às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. h. **Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada de acordo com o sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. i. **Imposto de renda pessoa jurídica (IPI) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240. **Impostos Diferidos:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pelas aplicações das seguintes vigências dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes. j. **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: (a) **Ativos contingentes** - São reconhecidos somente quando efetivamente ganhos ou quando da existência de evidências que assegurem sua realização. (b) **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência futura é incerta. (c) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (d) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (e) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (f) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (g) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (h) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (i) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (j) **Ativos contingentes** - São reconhecidos a partir da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídos provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provisão para a perda. (k) **Capitais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **l. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros:** o1 **Resolução CMN nº 4.966/21:** A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **m. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **n. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **o. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **p. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **q. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **r. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **s. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **t. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **u. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **v. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **w. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **x. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **y. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **z. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **aa. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ab. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ac. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ad. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ae. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **af. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ag. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ah. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ai. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **aj. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ak. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **al. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **am. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **an. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ao. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ap. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **aq. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ar. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **as. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **at. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **au. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **av. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **aw. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ax. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ay. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **az. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **ba. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bb. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bc. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bd. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **be. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bf. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bg. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bh. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bi. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bj. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bk. Resultados:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades decorrentes das operações, em conformidade com o plano contábil das instituições financeiras e outras entidades autorizadas para funcionar pelo Banco Central do Brasil. **bl**

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A.

**b. CONCENTRAÇÃO DOS MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO\***

	31/12/2024				31/12/2023			
	Operação de crédito	Títulos e créditos a receber	Total	%	Operação de crédito	Títulos e créditos a receber	Total	%
Principal devedor	10.495	14.691	25.186	1,85	7.492	13.180	20.672	2,09
10 maiores devedores	82.905	32.369	115.274	8,44	65.077	36.445	101.522	10,28
50 seguintes maiores devedores	276.646	-	276.646	20,27	219.374	-	219.374	22,22
100 seguintes maiores devedores	332.218	-	332.218	24,34	233.283	-	233.283	23,62
Demais devedores	599.215	16.485	615.700	45,11	393.243	19.366	412.609	41,78
<b>Total</b>	<b>1.301.479</b>	<b>63.545</b>	<b>1.365.024</b>	<b>100,00</b>	<b>918.469</b>	<b>68.991</b>	<b>987.460</b>	<b>100,00</b>

**c. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR VENCIMENTO**

Vencimento	31/12/2024			31/12/2023		
	Empréstimos	descontados	Financiamentos	Títulos e créditos a receber	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos	1.446	408	3.729	1.504	7.087	5.504
A vencer						
Até 3 meses	23.972	11.807	99.664	50.407	185.850	173.257
De 3 a 12 meses	22.997	-	285.021	8.031	316.049	239.138
De 1 a 3 anos	9.613	-	599.071	3.603	612.287	401.007
Após 3 anos	386	-	243.350	-	243.751	168.554
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>	<b>58.414</b>	<b>12.215</b>	<b>1.230.850</b>	<b>63.545</b>	<b>1.365.024</b>	<b>987.460</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(7.874)	(413)	(15.869)	(477)	(24.633)	(23.189)
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>50.540</b>	<b>11.802</b>	<b>1.214.981</b>	<b>63.068</b>	<b>1.340.391</b>	<b>964.271</b>

**d. CARTEIRA E PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO SOBRE A CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER DISTRIBUÍDAS PELOS CORRESPONDENTES NÍVEIS DE RISCO.**

Níveis de risco	Percentual de risco	Operações de crédito	Carteira		
			Títulos e créditos a receber	31/12/2024	31/12/2023
AA	0,00%	7.213	-	7.213	11.799
A	0,50%	209.551	37.987	247.538	175.912
B	1,00%	825.144	23.994	849.138	568.197
C	3,00%	227.872	1564	229.436	195.404
D	10,00%	15.771	-	15.771	12.839
E	30,00%	4.160	-	4.160	6.975
F	50,00%	6.563	-	6.563	10.870
G	70,00%	945	-	945	1.577
H	100,00%	4.260	-	4.260	3.887
<b>Total</b>		<b>1.301.479</b>	<b>63.545</b>	<b>1.365.024</b>	<b>987.460</b>

Níveis de risco	Percentual de risco	Operações de crédito	Provisão		
			Títulos e créditos a receber	31/12/2024	31/12/2023
AA	0,00%	-	-	-	-
A	0,50%	941	190	1.131	769
B	1,00%	7.357	240	7.597	4.354
C	3,00%	5.635	47	5.682	4.347
D	10,00%	1.272	-	1.272	1.200
E	30,00%	1.229	-	1.229	2.093
F	50,00%	3.281	-	3.281	5.435
G	70,00%	661	-	661	1.104
H	100,00%	3.780	-	3.780	3.887
<b>Total</b>		<b>24.156</b>	<b>477</b>	<b>24.633</b>	<b>23.189</b>

a) Constam na carteira de operações de crédito, no rating H, operações enquadradas no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), Lei nº 14.042 de 19 de agosto de 2020, que atendem ao disposto no Art. 2º da Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020. A base de cálculo é apenas a parcela do valor contábil da operação, incluindo principal e encargos, cujo risco de crédito é detido pela instituição.

**e. COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO E TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER.**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Operações de crédito	Títulos e créditos a receber	Operações de crédito	Títulos e créditos a receber
Sobre operações de crédito	(24.156)	(22.271)	(477)	(918)
Sobre Títulos e créditos a receber	(477)	(918)	(24.633)	(23.189)
<b>Total</b>	<b>(24.633)</b>	<b>(23.189)</b>	<b>(24.633)</b>	<b>(23.189)</b>
Circulante				
Sobre operações de crédito	(11.775)	(11.255)	(441)	(856)
Sobre Títulos e créditos a receber	(441)	(856)	(12.216)	(12.111)
<b>Total</b>	<b>(12.216)</b>	<b>(12.111)</b>	<b>(12.216)</b>	<b>(12.111)</b>
Realizável a longo prazo				
Sobre operações de crédito	(12.381)	(11.016)	(36)	(62)
Sobre Títulos e créditos a receber	(36)	(62)	(12.417)	(11.078)
<b>Total</b>	<b>(12.417)</b>	<b>(11.078)</b>	<b>(12.417)</b>	<b>(11.078)</b>

**f. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO E TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER.**

	2º semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>f.1 Operações de crédito</b>			
Saldo inicial	(24.311)	(22.271)	(25.008)
Constituição (líquida de reversão)	(87)	(2.127)	(1.019)
Baixas	-	-	3.793
<b>Saldo Final</b>	<b>(24.398)</b>	<b>(24.398)</b>	<b>(22.234)</b>
<b>f.2 Títulos e créditos a receber</b>			
Saldo inicial	(512)	(917)	(1.082)
Constituição (líquida de reversão)	277	682	127
Baixas	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>(235)</b>	<b>(235)</b>	<b>(955)</b>
<b>f.2 Total</b>			
Saldo inicial	(24.823)	(23.188)	(26.090)
Constituição (líquida de reversão)	190	(1.445)	(892)
Baixas	-	-	3.793
<b>SALDO FINAL</b>	<b>(24.633)</b>	<b>(24.633)</b>	<b>(23.189)</b>

**g. RENEGOCIAÇÕES E RECUPERAÇÕES:** Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R\$ 34.459 (R\$ 19.531 em 31 de dezembro de 2023), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 0,00 (R\$ 3.793 em 31 de dezembro de 2023) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foi de R\$ 6.635 (R\$ 8.215 em 31 de dezembro de 2023). A carteira de renegociação com capital próprio em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 18.445, e apresenta 39,79% (R\$ 36.294 - 29,93% em dezembro de 2023) de provisionamento. **g.1** As renegociações englobadas pela Circular SUP/ADIG nº 12/2020-BNDES de 28.03.2020, tratadas como BNDES Renegociação Emergencial estão demonstradas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Renegociações Emergenciais		
Valor em carteira	3.703	35.872
% da carteira total	0,27%	3,63%
% da carteira com recursos do BNDES	0,36%	5,18%
% de provisionamento	1,59%	2,43%
<b>g.2</b> As renegociações realizadas em virtude dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul em 2024, englobadas pela Circular SUP/ADIG nº 24/2024-BNDES de 09 de maio de 2024, tratadas como Linha BNDES Refin estão demonstradas abaixo:		
Renegociações Emergenciais linha BNDES Refin		
Valor em carteira	14.899	0,00%
% da carteira total	1,09%	0,00%
% da carteira com recursos do BNDES	1,43%	0,00%
% de provisionamento	1,71%	0,00%

**6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS**

	31/12/2024	31/12/2023
Convênios a receber (a)	6.739	5.760
Adiantamento e antecipações salariais	516	510
Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas	1.082	229
Antecipação IRPJ/CSLL não compensados no próprio exercício	-	13
Outros créditos	11	11
<b>Total - Circulante</b>	<b>8.348</b>	<b>6.523</b>
a. Convênios a receber: Valores a receber de cobrança bancária de clientes a compensar em D+1.		

**b. A MOVIMENTAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES TRABALHISTAS É CONFORME SEGUE:**

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.655	1.106
Provisões trabalhistas no período	178	100
(-) Reversão de provisões trabalhistas no período	(246)	(41)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.587</b>	<b>1.165</b>

a. **Processos cíveis** - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totaliza o montante de R\$ 1.111 (R\$ 611 em 31 de dezembro de 2023) referente a processos cíveis relativos a revisões de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 5 ações em 2024 e 5 ações em 2023. **b. Processos trabalhistas** - trata-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos de empresa terceirizada contratada, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. O valor de contingências possíveis não provisionada totaliza o montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2023), referente reclamatória trabalhista composta por 2 ações em 2024.

**c. CRONOGRAMA DE ESTIMATIVA DE DESEMBOLSO DE PROVISÕES:**

	Cíveis		Trabalhistas	
	2024	31/12/2024	2024	31/12/2024
Até 5 anos (a)	958	1.587	958	1.587
<b>Total</b>	<b>958</b>	<b>1.587</b>	<b>958</b>	<b>1.587</b>

a. Diante da imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, aliado à possibilidade de alteração da jurisprudência dos tribunais, os valores e o cronograma de desembolso apresentados podem sofrer variações.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a. **Capital social:** O capital social do Banco, descrito e integralizado, é de R\$ 150.000 (R\$ 150.000 em 2023), e está representado por 150.000 (em 2023 total de 150.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 127.814 (R\$ 102.821 em 2023) corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto do Banco é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 03 de abril de 2024, foram pagos dividendos no montante de R\$ 7.348 referente ao ano de 2023 (em 31 de março de 2023, foram pagos dividendos no montante de R\$ 4.545 referente ao ano de 2022).

	31/12/2024			31/12/2023		
	2024	31/12/2024	31/12/2023	2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	35.078	30.940	30.940	35.078	30.940	30.940
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(1.754)	(1.547)	(1.547)	(1.754)	(1.547)	(1.547)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	33.324	29.393	29.393	33.324	29.393	29.393
Dividendos propostos	8.331	7.348	7.348	8.331	7.348	7.348

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:**

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação	31.507	63.471	56.236
IR e CS às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(14.178)	(28.562)	(25.306)
Adições permanentes no imposto corrente	(700)	(859)	(635)
Benefícios fiscais Vale cultura, Programa Alimentação ao Trabalhador e doações	822	1.004	621
Adicional 10% Imposto de Renda	12	24	24
IR e CS no resultado	(14.044)	(28.393)	(25.296)
Imposto de Renda corrente	(6.767)	(14.154)	(10.242)
Contribuição Social corrente	(5.667)	(11.732)	(8.361)
Imposto de Renda diferido	(575)	(1.114)	(3.662)
Contribuição Social diferido	(1.035)	(1.393)	(3.031)
<b>Total</b>	<b>(14.044)</b>	<b>(28.393)</b>	<b>(25.296)</b>

**b. MOVIMENTAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:** A movimentação dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é assim representado:

	31/12/2024			31/12/2023		
	2024	31/12/2024	31/12/2023	2024	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias						
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5.e)	24.633	23.189	23.189	24.633	23.189	23.189
Créditos baixados para prejuízo	57	4.372	4.372	57	4.372	4.372
Provisão para contingências	2.578	2.400	2.400	2.578	2.400	2.400
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	2.941	5.819	5.819	2.941	5.819	5.819
Base de cálculo para IR e CS	30.209	35.780	35.780	30.209	35.780	35.780
Impostos diferidos - Imposto de renda	7.552	8.945	8.945	7.552	8.945	8.945
Impostos diferidos - Contribuição social	6.042	7.156	7.156	6.042	7.156	7.156
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>13.594</b>	<b>16.101</b>	<b>16.101</b>	<b>13.594</b>	<b>16.101</b>	<b>16.101</b>
Realizável a longo prazo	13.594	16.101	16.101	13.594	16.101	16.101
<b>Ativo fiscal diferido total</b>	<b>13.594</b>	<b>16.101</b>	<b>16.101</b>	<b>13.594</b>	<b>16.101</b>	<b>16.101</b>

**19. PARTES RELACIONADAS: Transações e saldos:**

	Ativos		Passivos		Receitas/Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024
<b>Marcopolo S/A</b>						
Despesas administrativas (c)	-	-	-	-	(140)	(279)
Dividendos	-	-	8.338	7.348	-	-
Captação de recursos (b)	-	-	43.910	30.422	-	(1.877)
Operações de cessão de duplicatas (a)	14.691	13.179	-	-	-	-
<b>Volare Veículos Ltda.</b>						
Operações de cessão de duplicatas (a)	3.377	12.710	-	-	-	-
<b>Marcoprev</b>						
Benefícios a empregados	-	-	30			

★ continuação

Despesas	31/12/2024	31/12/2023
Custo de serviço corrente	6	6
Juros sobre a obrigação atuarial	378	367
Rem. dos efeitos reconhecidos em ORA	(380)	(367)
	4	6

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

#### a. Hipóteses econômicas

	Percentual ao Ano	
	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	9,07	9,90
Taxa de crescimento salarial	5,98	5,98
Inflação	3,50	3,50

(d) A taxa de desconto é composta de: inflação 3,50% a.a. mais juros 5,98% a.a. para o ano de 2024 (inflação de 3,50% a.a. mais juros de 5,98% a.a. para o ano de 2023). O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial foi concluída em dezembro de 2024 e realizada pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda.

**21. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA):** Em 31 de dezembro de 2024, os limites mínimos de capital exigidos foram de 8%, correspondente ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido; e 2,5% Correspondente ao Adicional de Conservação de Capital. A Instituição adota o percentual de 0%, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Banco Moneo atingiu 15,54%, (23,76% em 31 de dezembro de 2023). A seguir, os principais indicadores em 31 de dezembro de 2024 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor. Destacamos que a parcela de ativos ponderados pelo risco (RWA), referente às exposições ao risco de crédito contemplam as mudanças estabelecidas pela Resolução BCB nº 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	291.441	264.435
Nível I (NI)	291.441	264.435
Capital Principal (CP)	291.441	264.435
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	1.491.846	1.112.772
Risco de Crédito	1.372.757	1.012.839
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	119.089	99.933
Requerimentos Mínimos de Capital	31/12/2024	31/12/2023
Índice Basileia	19,54%	23,76%
Capital Nível I	19,54%	23,76%
Capital Principal	19,54%	23,76%

**22. ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DO CAPITAL: Finalidade:** Buscando aderência às exigências estabelecidas por órgãos reguladores, assim como preocupado em manter a qualidade de seus ativos, objetivando crescimento sustentável e contribuindo para um sistema financeiro saudável e responsável, o Banco Moneo implementou a

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Gerenciamento do Capital. **Riscos:** O não cumprimento dos procedimentos pode inviabilizar a continuidade regular das atividades do Banco da Instituição, gerando perdas financeiras e prejudicando a imagem do Banco perante os clientes e a comunidade. **Responsáveis:** Todos os colaboradores. **Definições/Premissas: 1. Declaração de Appetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS):** O apetite a riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição enquanto a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. A Declaração de Appetite por Riscos sintetiza a cultura de risco do Banco e orienta os processos que norteiam o planejamento estratégico. Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração que, por meio de decisões colegiadas, definem demais objetivos expressos em metas e limites para as unidades de negócio. O Banco demonstra suas atividades e controles que possui para mitigar os riscos aos quais está exposta, assim como apresenta o gerenciamento destes riscos informando a posição quanto à exposição. A Declaração de Appetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS) realça a existência de um rigoroso processo de responsabilidades nas funções operacionais, nos controles, assim como nas ações mitigatórias. É monitorada permanentemente pelos membros do Conselho de Administração assim como dissemina a cultura de riscos.

#### ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS



**2. GERENCIAMENTO DE RISCOS:** Com a finalidade de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos, a Estrutura de Gerenciamento de Riscos possui como atribuições a identificação, avaliação e mitigação dos Riscos de Liquidez, de Crédito, Mercado, Operacional, Capital, Social, Ambiental e Climático, em atendimento as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.945/2021. **2.1. Risco de Liquidez:** Atendendo as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Moneo mantém uma estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatível com a natureza de suas operações e de acordo com a complexidade dos seus produtos. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos

riscos relevantes às operações do Banco. O Gerenciamento do Risco de Liquidez tem por objetivo identificar, medir, acompanhar e monitorar a possibilidade de descasamento de fluxos de caixa, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações, visando sobretudo, manter o nível de liquidez da Instituição em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios. **2.2. Risco de Crédito:** Dentro das diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Moneo define o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O processo de gestão está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com o ciclo do crédito, permitindo a adequada identificação, mensuração, controle, mitigação e reporte dos riscos de crédito. **2.3. Risco de Mercado:** Dentro das diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Moneo define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócio, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. **2.4. Risco Operacional:** Dentro das diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Moneo define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos. Atendendo determinações emanadas

	Efeito Bruto no Resultado 2025			Efeito Líquido no Resultado 2025		
	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II
Produção	22.221	(22.221)	(44.442)	12.222	(12.222)	(24.443)
Qualidade do Crédito - PCLD	515	(515)	(1.030)	283	(283)	(566)
Captações	13.006	(13.006)	(26.013)	7.154	(7.154)	(14.307)

	Efeito Bruto no Resultado 2024			Efeito Líquido no Resultado 2024		
	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II
Produção	7.959	(7.959)	(15.919)	4.378	(4.378)	(8.755)
Qualidade do Crédito - PCLD	327	(327)	(655)	180	(180)	(360)
Captações	4.719	(4.719)	(9.438)	2.595	(2.595)	(5.191)

**23. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS:** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

Conselho de Administração	
Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho	
José Antonio Valiati - Conselheiro	
Paulo Cezar da Silva Nunes - Conselheiro	

Aos Acionistas e Administradores do Banco Moneo S.A. - Caxias do Sul - RS.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do

Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

Diretoria			Contadora		
José Antonio Valiati - Diretor administrativo financeiro e riscos					
Rodrigo Tolotti - Diretor de crédito e cobrança					
Eraldo Paim de Araújo - Diretor comercial					
Claudia Spiller CRC/RS 80.406/0-4					

encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

pelos órgãos reguladores bem como visando aprimorar seus controles internos, a Instituição desenvolveu procedimentos para gerenciar o Risco Operacional a qual está exposta. Este processo tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. **2.5. Risco Social, Ambiental e Climático:** Atendendo à Resolução CMN nº 4.945/2021, o Banco Moneo estabeleceu em sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASAC) os princípios e diretrizes que norteiam as ações da Instituição quanto à promoção do desenvolvimento sustentável e responsável nas atividades inerentes ao seu negócio, inclusive no tocante às partes interessadas. O Banco Moneo reconhece a existência de riscos Social, Ambiental e Climático na condução de suas atividades e processos, de igual forma, os considera como um componente dos demais riscos gerenciados pela Instituição. Nesse sentido, a Instituição conta com sistemas, rotinas e procedimentos que visam identificar, avaliar, gerenciar e mitigar estes riscos, proporcionalmente ao seu modelo e natureza de negócio, de acordo com a complexidade de serviços e produtos oferecidos. **2.6. Risco de Capital:** Em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Moneo S.A possui estrutura de gerenciamento de Risco de Capital para monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às suas atividades, bem como traçar metas de necessidade de capital, considerando as melhores práticas de mercado de acordo com os objetivos estratégicos da Instituição, bem como a complexidade natureza de suas operações e produtos oferecidos. **2.7. Análise Sensibilidade: Cenário 1 Otimista:** considerando uma melhora de produção de 10%, elevação da qualidade de crédito em 10% (PCLD menor), redução nas taxas de captação em 10%; **Cenário 2 Pessimista I:** considerando uma piora de produção de 10%, piora na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 10%; **Cenário 3 Pessimista II:** considerando uma piora de produção de 20%, piora na qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 20%.



Índice de Governança Corporativa Diferenciado

**IGC**

Índice de Ações com Top Along Diferenciado

**ITAG**

APROXIMANDO PESSOAS

## Marcopolo S.A.

CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - NIRE nº 43300007235 - Companhia Aberta

### CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 14:00 horas do dia 28 de março de 2025, na unidade da companhia localizada na Avenida Rio Branco, nº. 4889, Bairro Ana Rech, em Caxias do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:**

a) Apreciar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Apreciar e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e ratificar os proventos já aprovados; c) Eleger os membros do Conselho de Administração (em um total de sete membros), para um mandato de dois anos, observando-se, na sua composição, que 20%, no mínimo, de seus membros, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição constante no Regulamento do Nível 2; d) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração; e) Fixar a remuneração global anual dos administradores. **Instruções Gerais:** 1. A Assembleia será realizada na unidade da Companhia localizada na Avenida Rio Branco, 4889, Bairro Ana Rech, Caxias do Sul, RS, em localização de mais fácil acesso e conforto para os acionistas. Cabe salientar que as assembleias da Companhia vêm sendo realizadas no endereço indicado neste edital desde 1995, já sendo de amplo conhecimento do mercado como sendo o local de realização das Assembleias; 2. A Companhia entende ser mais adequado realizar a Assembleia de forma presencial pela praticidade de sua organização e reduzidos custos associados, bem como em função da grande utilização do Boletim de Voto a Distância; 3. Para que os acionistas ou seus representantes legais sejam admitidos na Assembleia, deverão comparecer munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: Documento de Identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com Ata de eleição dos administradores e, em caso de ser representada por procurador, instrumento de procuração respectivo. Em ambos os casos, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da companhia expedido pelo Bradesco S.A. ou por agente de custódia; 3.1. Visando facilitar a representação de seus acionistas na Assembleia, a administração da Companhia está disponibilizando em seu site [ri.marcopolo.com.br](http://ri.marcopolo.com.br) menu "Governança Corporativa" - "Assembleias e Reuniões" - "Assembleias Gerais" - "2025", os seguintes documentos: - "Modelo Procuração", de forma que um advogado da Companhia possa ser indicado para representar o Acionista, sem qualquer ônus, e com estrita observância às instruções de voto e aos poderes que lhe forem outorgados; - "Boletim de Voto a Distância", para os acionistas que quiserem se utilizar dessa ferramenta para exercer o seu voto na Assembleia; 3.2. Também se encontra disponível no website da Companhia [ri.marcopolo.com.br](http://ri.marcopolo.com.br), menu "Governança Corporativa" - "Assembleias e Reuniões" - "Assembleias Gerais" - "2025" - "Proposta da Administração" e "Manual para participação na Assembleia - Esclarecimentos adicionais" relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia e demais procedimentos; 4. Sempre que possível e para uma melhor organização dos trabalhos, a Companhia solicita que os mandatos e demais documentos de representação na Assembleia, sejam encaminhados à Sociedade por e-mail ([ivete.pistorello@marcopolo.com.br](mailto:ivete.pistorello@marcopolo.com.br)), ou depositados na sociedade, na Avenida Rio Branco, nº. 4889, Bairro Ana Rech, Caxias do Sul, RS, Assessoria Jurídica, até as 14 horas do dia anterior ao da realização da Assembleia; 5. Os documentos a que se referem o Artigo 133 da Lei 6.404/76 e o Capítulo III da Resolução CVM 081/22 encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na unidade descrita no preâmbulo deste edital, e nos websites [ri.marcopolo.com.br](http://ri.marcopolo.com.br), [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br).

Caxias do Sul, RS, 25 de fevereiro de 2025  
James Eduardo Bellini  
Presidente do Conselho de Administração



# PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)